

Ano XVI nº 4615 – 18 de junho de 2013

TST condena Santander por fazer terceirização na atividade-fim

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou o ABN Real, adquirido pelo Santander, a se abster de contratar empregados terceirizados na sua atividade-fim, em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho. O banco, no entanto, conseguiu limitar essa obrigação à jurisdição da Vara do Trabalho de Bauru (SP).

O MP tentou reverter a decisão, defendendo a abrangência da condenação a todo o território nacional, mas a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho, na sessão da última quinta-feira 13/06, negou provimento ao seu recurso de embargos.

Na ação civil pública, o MP sustentava que a terceirização de serviços empreendida pelo banco visava ao atendimento da sua atividade-fim, uma vez que abrangia funções tipicamente bancárias, tais como preparação, conferência e compensação de títulos e documentos bancários. Informou ainda que as atividades desempenhadas pelos terceirizados eram realizadas anteriormente por empregados do banco, sendo que agora cabem a eles apenas a fiscalização e gerência do pessoal.



Previc manda fixar benefício máximo, mas Plano 1 da Previ segue sem teto

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) proferiu despacho determinando a adoção de uma série de medidas relacionadas à adoção de teto de benefícios para o Plano 1 da Previ. O Despacho 10/2013 determina que os complementos de aposentadoria dos executivos do Banco do Brasil (presidente, vice-presidentes e diretores) obedeçam como valor máximo o salário que recebiam no mês de março de 2008, corrigidos pelos reajustes aplicados aos seus honorários desde então. Pela determinação da Previc, os benefícios dos atuais e futuros executivos aposentados serão reduzidos.

O problema é que a vinculação do suposto teto ao reajuste dos executivos não impede que seus honorários sejam reajustados em altos índices, elevando o "teto" que a Previc determina e o valor dos benefícios dos futuros aposentados. Os aumentos dos executivos do banco são diferentes dos previstos em acordo coletivo. São definidos pelo Conselho de Administração do BB.

A Contraf-CUT defende há muito tempo a adoção de teto de benefícios na Previ, definindo no regulamento do Plano 1 um valor monetário que seja corrigido conforme o reajuste anual de todos os bancários, fixado na campanha nacional. Essa é a única forma de proteger a Previ em caso de aumentos abusivos nos honorários dos estatutários, com índices diferentes dos do funcionalismo do BB.

Caixa retoma cronograma normal de pagamentos do Bolsa Família

A Caixa Econômica Federal retomou ontem, segunda-feira 17/06, o cronograma normal de pagamentos do Programa Bolsa Família. A retomada dos pagamentos ocorre depois de boatos de que o programa chegaria ao fim, no mês passado. Devido aos boatos, milhares de pessoas correram às agências bancárias para resgatar o benefício, o que provocou tumultos em 12 estados.

De acordo com o cronograma da Caixa, os cartões com final dois recebem o benefício hoje. Amanhã (19/06), será a vez dos cartões com final três e assim sucessivamente, com exceção dos finais de semana, quando não haverá liberação de pagamentos. Para os beneficiários com cartões com final zero, o pagamento será liberado no dia 28 deste mês.

REUNIÃO GERAL

Atenção diretoria e delegados sindicais do BB, amanhã, quarta-feira, dia 19 de junho, tem reunião geral no auditório do sindicato, às 18:30 horas.